



Simplicare

A VOZ CONTRA A BUROCRACIA

**Simplificação e redução
da burocracia nas escolas**



817 respostas | 246 contributos abertos analisados

A VOZ CONTRA A BUROCRACIA

Plataforma dedicada à recolha e sistematização de propostas para
simplificar e desburocratizar o trabalho nas escolas

www.simplicare.pt

Índice

Introdução e Enquadramento	Pág.03
Resultados Obtidos	Pág.04
Simplificação e Redução da Burocracia no Sistema Educativo	
1.Função que desempenha atualmente	Pág.04
2.Exerce maioritariamente funções em	Pág.05
3.Tempo de serviço	Pág.05
4.Idade	Pág.06
5.Género	Pág.06
6.Zona em que trabalha	Pág.07
7.Existe excesso de burocracia no exercício da função docente?	Pág.07
8.Tempo semanal que dedica a tarefas burocráticas?	Pág.08
9.Em que tarefas sente maior peso da burocracia?	Pág.08
10.Medidas concretas para reduzir a burocracia no trabalho docente?	Pág.12
11.Comentários ou experiências sobre a burocracia no trabalho docente?	Pág.15
12.É sindicalizado(a)?	Pág.16
13.É sindicalizado(a) num sindicato da FNE?	Pág.16
Conclusão Estratégica e Recomendações ao MECI	Pág.17

Introdução e Enquadramento

A plataforma **Simplicare.pt** surgiu como uma iniciativa estruturante no âmbito da valorização do tempo profissional e da melhoria das condições de trabalho nas escolas portuguesas. Criada pela Federação Nacional da Educação (FNE), em parceria com a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET), esta plataforma teve como objetivo a **recolha e sistematização de propostas destinadas a simplificar e desburocratizar o trabalho nas escolas**, promovendo a participação ativa de docentes, diretores, técnicos especializados e outros profissionais da educação. Foram recebidas 817 respostas até ao dia 31 de dezembro de 2025.

A criação do SImplicare.pt resultou da constatação reiterada de que a **excessiva carga burocrática** no sistema educativo ocupava uma parte significativa do tempo dos profissionais, desviando-os das suas funções essenciais, nomeadamente do trabalho pedagógico, da preparação letiva e do acompanhamento dos alunos. Esta realidade tinha sido amplamente identificada nas **Consultas Nacionais** promovidas pela FNE desde 2021, nas quais a burocracia excessiva surgiu de forma consistente como uma das principais preocupações manifestadas pelos docentes.

Neste contexto, a plataforma teve como objetivo central **ouvir a comunidade educativa** e recolher contributos que permitissem identificar propostas sustentadas, exequíveis e eficazes para a simplificação de procedimentos, a reorganização de processos e a eliminação de tarefas administrativas redundantes ou desnecessárias. A participação demonstrou-se ampla e diversificada, tendo sido assegurado o anonimato dos contributos, o que permitiu recolher informação genuína e representativa das dificuldades sentidas no quotidiano das escolas.

O presente relatório apresenta os **dados recolhidos através da plataforma SImplicare.pt**, procedendo à sua sistematização e análise. A leitura integrada dos contributos permitiu identificar tendências, áreas críticas de intervenção e propostas concretas orientadas para a **redução da burocracia**, para a **valorização do tempo profissional** e para o reforço da **autonomia e do foco pedagógico** do trabalho desenvolvido nas escolas.

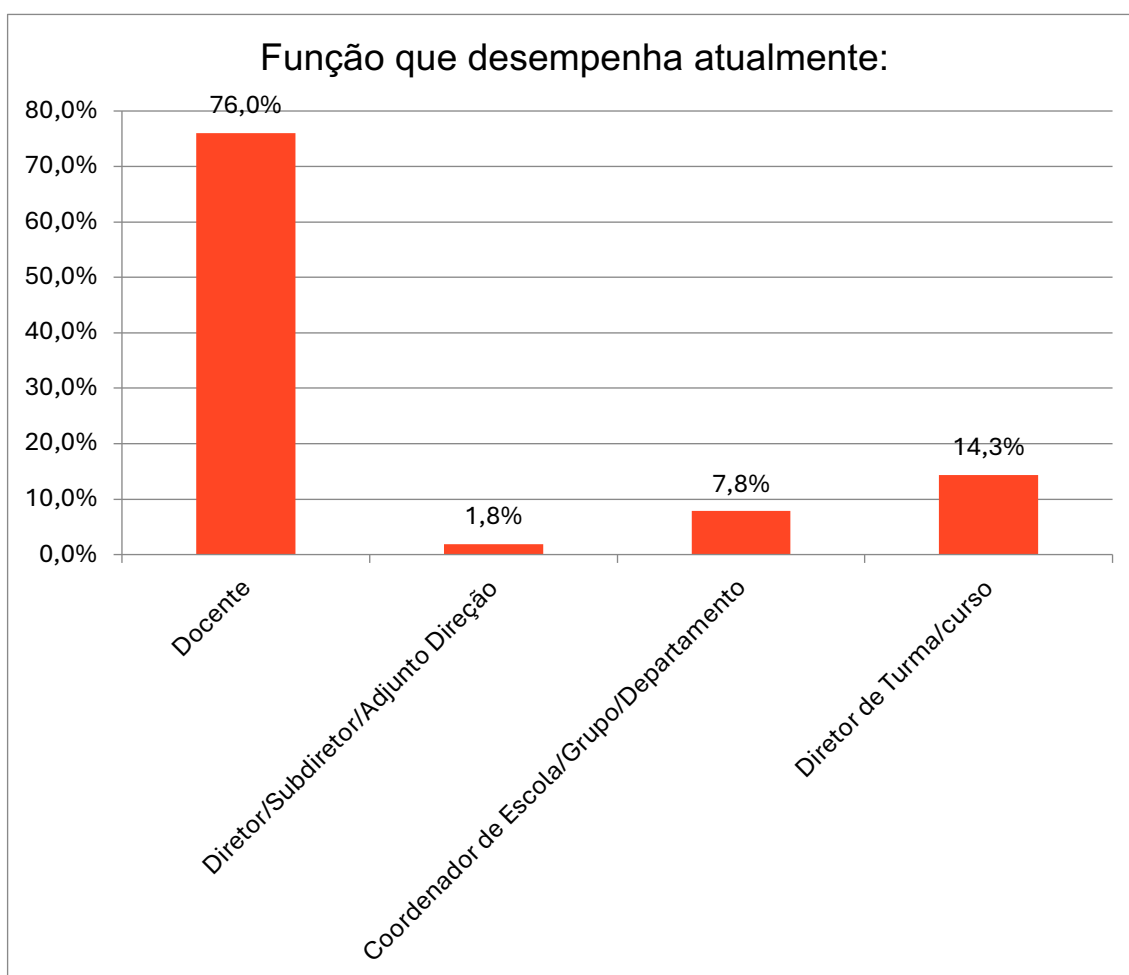
Inquérito: Simplificação e Redução da Burocracia no Sistema Educativo

Este inquérito teve como objetivo recolher a perceção sobre os processos burocráticos que afetam o funcionamento das escolas e agrupamentos de escolas em Portugal. Pretendeu-se identificar procedimentos que possam ser simplificados, reorganizados ou eliminados, contribuindo para uma gestão mais eficiente e menos administrativa.

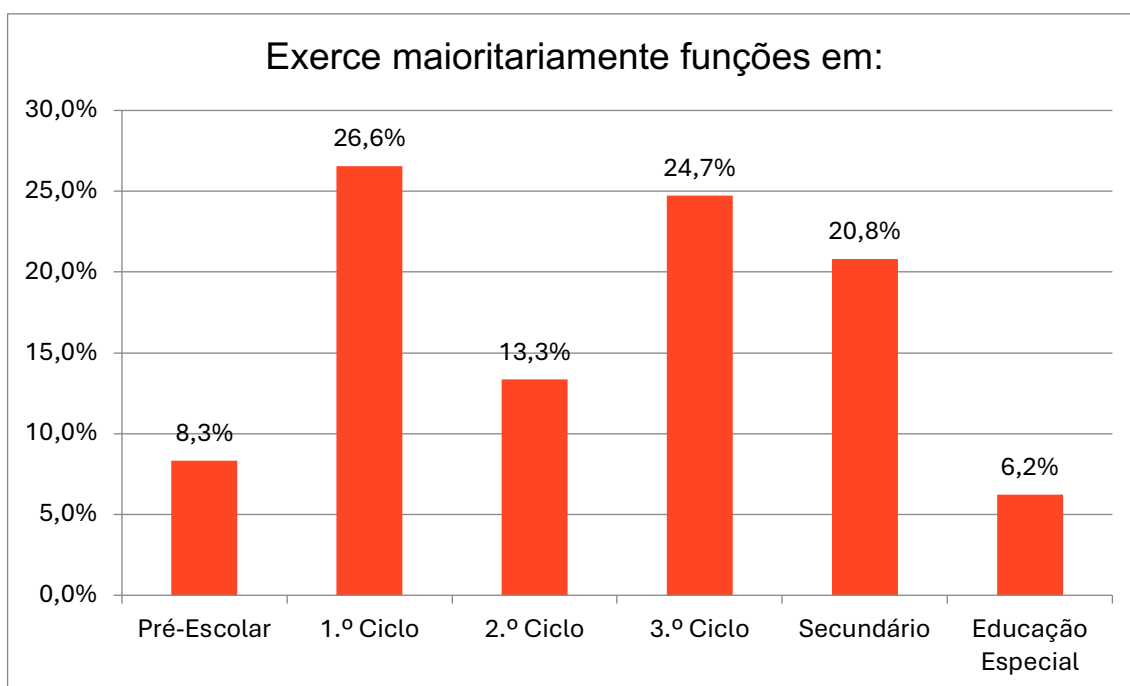
RESULTADOS OBTIDOS

1. Função que desempenha atualmente

Aproximadamente 1 em cada 4 respondentes desempenha funções para além da atividade letiva, nomeadamente como diretor ou cargo na direção, cargo de gestão intermédia como Coordenador de Escola, de Grupo ou de Departamento e Diretores de Turma ou de Curso.

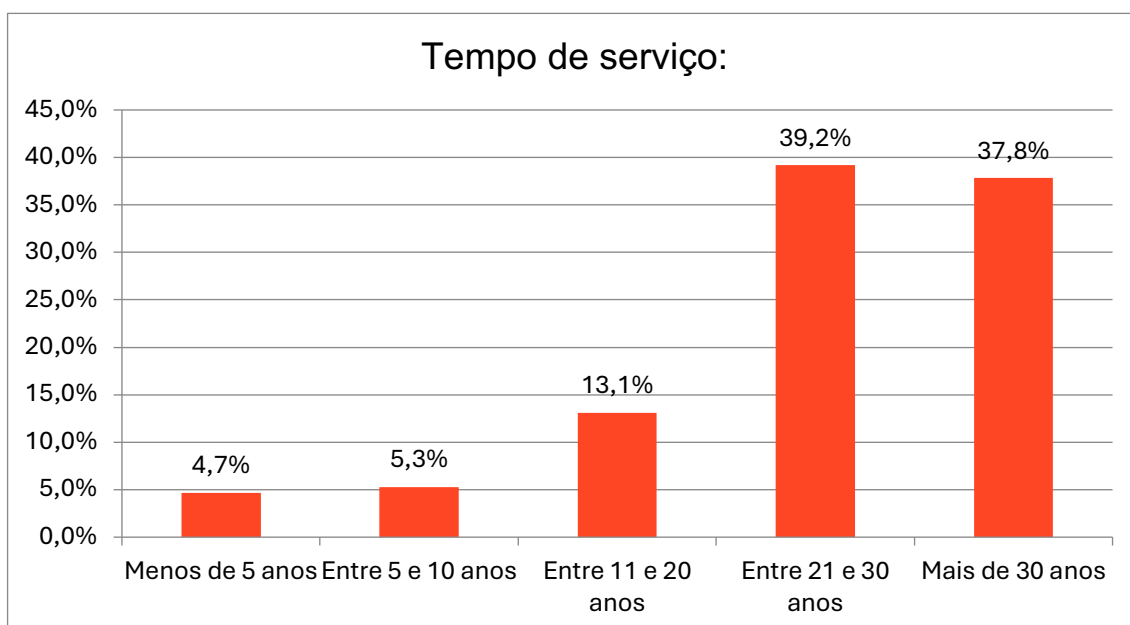


2.Exerce maioritariamente funções em



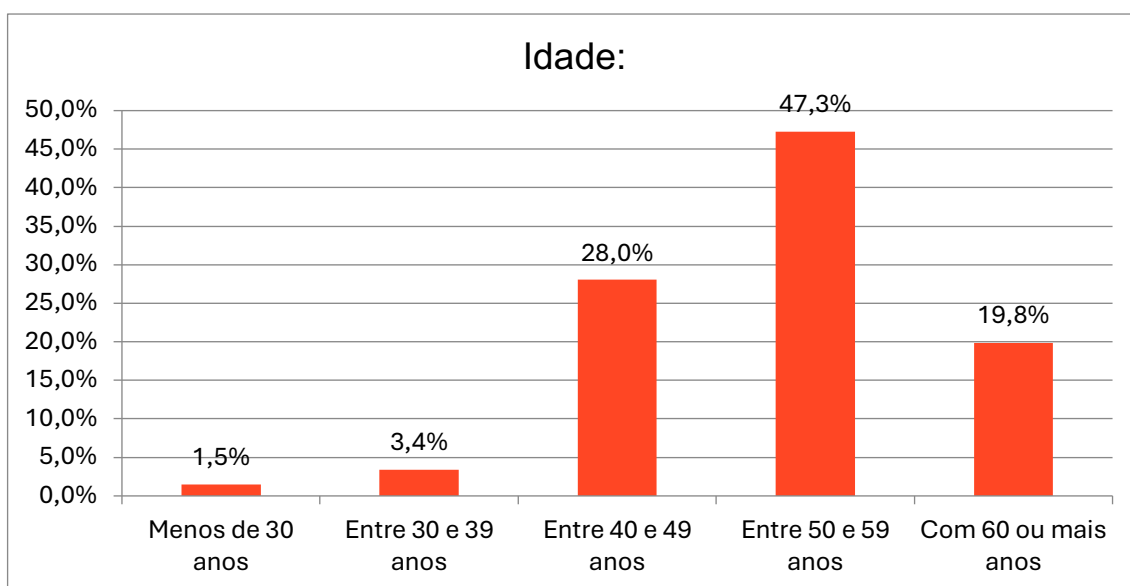
3.Tempo de serviço

A esmagadora maioria dos respondentes (77%) tem mais de 20 anos de serviço, estando este valor em linha com os dados demográficos do corpo docente em Portugal.



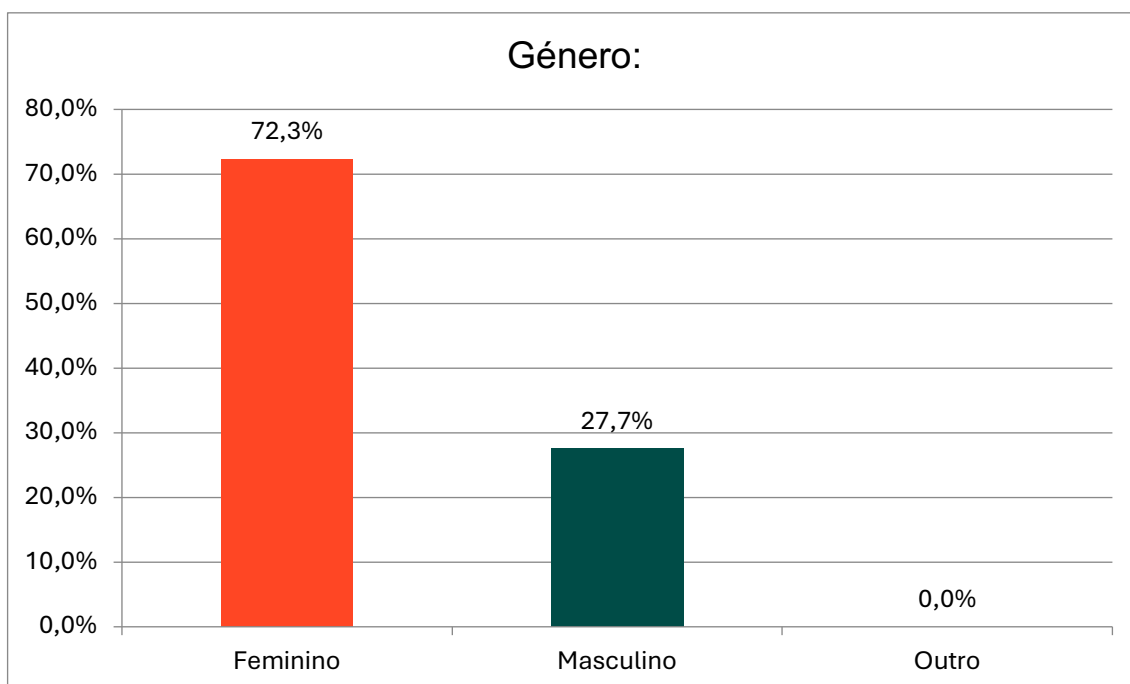
4.Idade

A idade dos respondentes acompanha a demografia, com cerca de 47% dos docentes com idades entre os 50 e os 59 anos e cerca de 20% com 60 ou mais anos de idade.



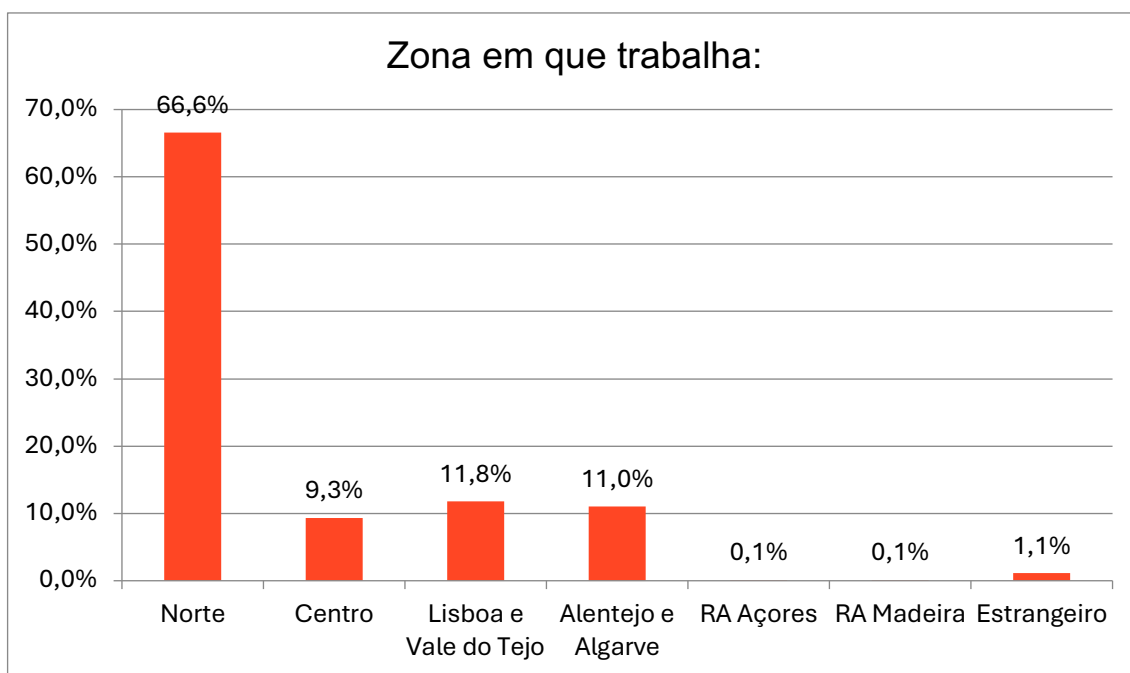
5.Género

Também a distribuição dos respondentes por género corresponde aos dados demográficos, com 72% de respondentes do género feminino e 28% do género masculino.



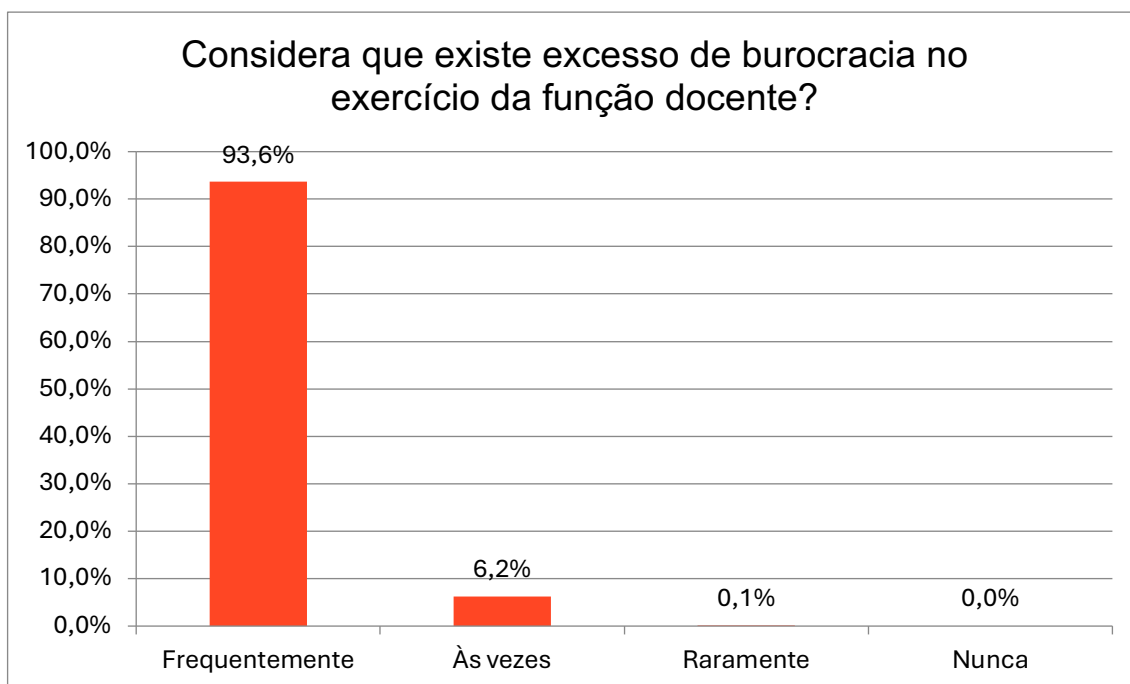
6.Zona em que trabalha

A maioria dos respondentes trabalha na zona Norte (66,6%).



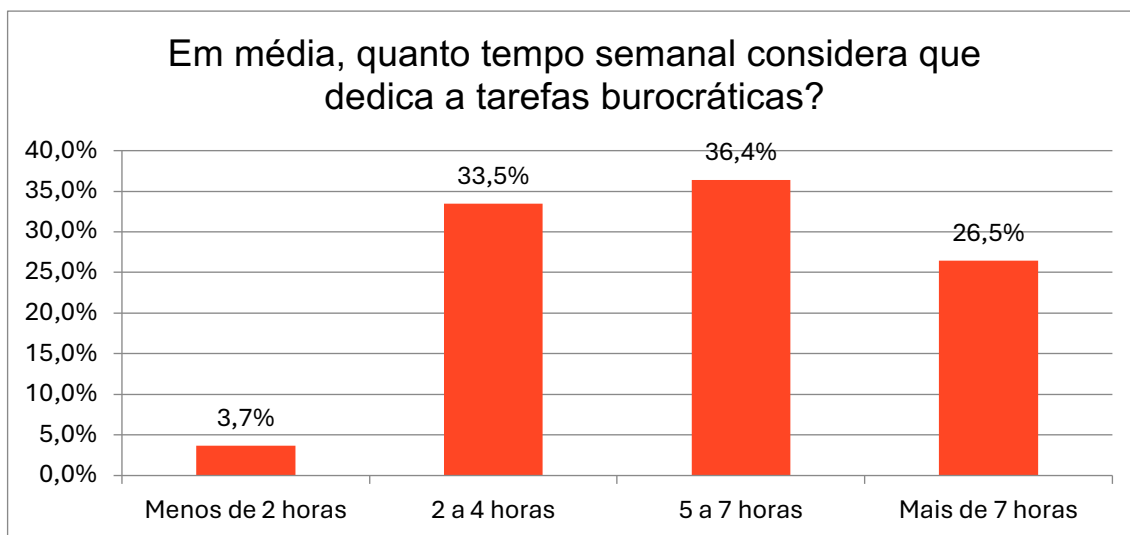
7.Existe excesso de burocracia no exercício da função docente?

A quase totalidade dos respondentes considera que existe **frequentemente** um excesso de burocracia no exercício da função docente (93%).



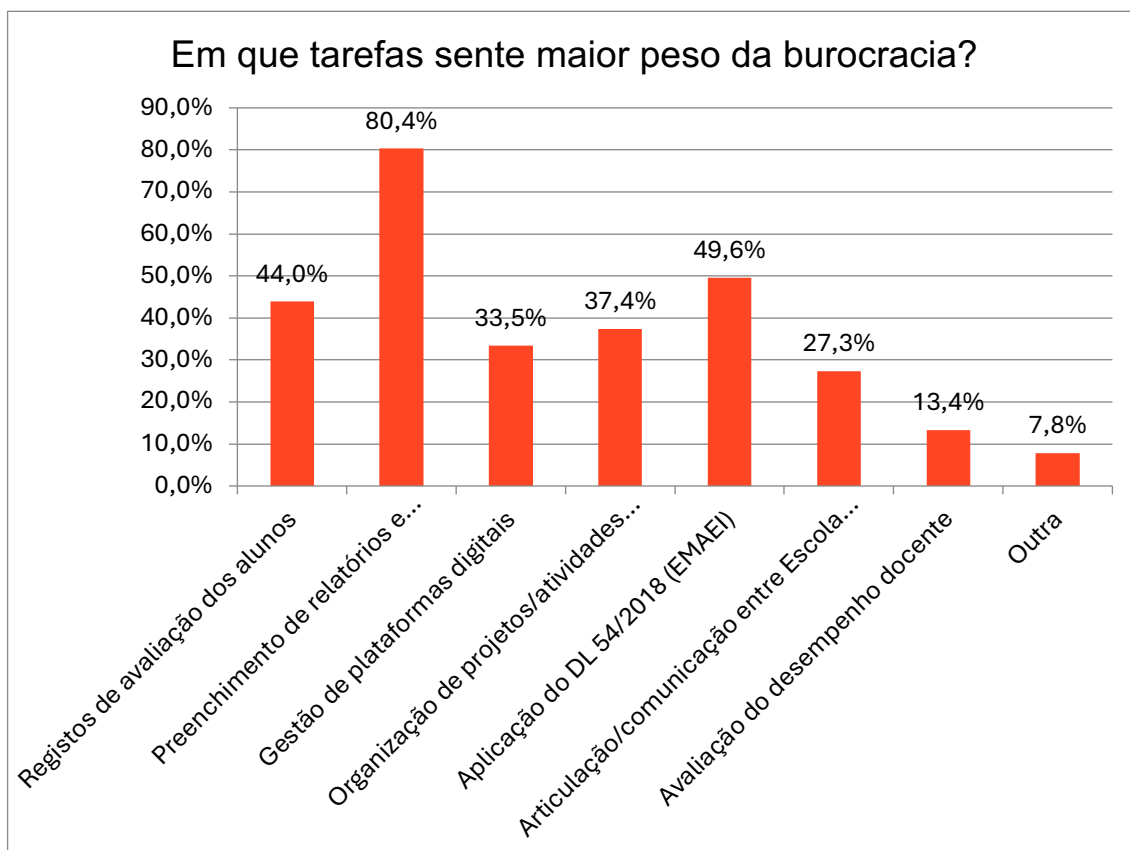
8. Tempo semanal que dedica a tarefas burocráticas?

Cerca de dois terços dos respondentes (62,9%) indicam dedicar 5 ou mais horas semanais a realização de tarefas burocráticas, sendo que cerca de 26% indica que dedica mais de 7 horas por semana a estas tarefas.



9. Em que tarefas sente maior peso da burocracia?

As tarefas em que os respondentes mais sentem o peso da burocracia são o preenchimento de relatórios e planificações (indicada por 80% dos respondentes) e as tarefas relacionadas com a aplicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho (EMAEI) (cerca de 50%).



As respostas recolhidas evidenciam uma sobrecarga burocrática generalizada, marcada pela duplicação de tarefas, pela transferência de funções administrativas para os docentes e por uma proliferação de processos e plataformas sem impacto pedagógico, comprometendo seriamente o tempo de ensinar, a qualidade educativa e a valorização da profissão docente, conforme apresentado na seguinte síntese:

I. Burocracia pedagógica e administrativa repetitiva

- Preenchimento de **grelhas, evidências, relatórios e atas** (frequentemente redundantes)
- Registo de **sumários e faltas** em múltiplos contextos (aulas, atividades sem alunos, coordenação)
- **Trabalho duplicado** em plataformas digitais, drive e suporte papel
- Leitura e registo sistemático de documentos e atividades sem impacto pedagógico direto
- Registos de observação e relatórios internos sem retorno pedagógico

II. Direção de Turma (DT) – sobrecarga estrutural

- Gestão integral da direção de turma:
 - Registo de contactos com encarregados de educação; Justificação de faltas; Organização de processos individuais dos alunos; Atualização permanente de dados dos alunos.
- Produção contínua de **atas, avaliações e relatórios**
- Resposta massiva a emails (direção e chefias intermédias), muitas vezes redundantes
- Tarefas da DT que **deveriam ser asseguradas pelos serviços administrativos**
- Falta de reconhecimento da DT no **1.º CEB**, apesar das funções efetivamente exercidas

III. Serviços administrativos transferidos para docentes

- Trabalho de secretaria:
 - Justificação de faltas; Envio de correspondência; Matrículas (responsabilidade dos serviços administrativos); Mapas de refeições, leite, fruta e almoços.
- Requisições de materiais e procedimentos associados à contratação pública
- Copiar manualmente dados que **já existem nas secretarias** (contactos, nº de processo, emails, profissão dos Encarregados de Educação)

IV. Plataformas digitais e relatórios excessivos

- Gestão de múltiplas **plataformas digitais** sem integração entre si
- Registo de contactos com EE em plataformas
- Avaliação de desempenho docente altamente burocratizada
- Relatórios constantes sem impacto na melhoria das práticas
- Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e Formação Profissional (EQAVET), Centro Tecnológico Especializado (CTE) e outros sistemas paralelos.

V. Reuniões excessivas e pouco eficazes

- Excesso de reuniões:
 - Reuniões de trabalho colaborativo
 - Coordenação de escola
 - EMAEI / Conselho Pedagógico
 - Equipa de Autoavaliação
- Produção sistemática de atas associadas
- Reuniões percecionadas como **redundantes, repetitivas e pouco úteis**

VI. Projetos, atividades e coordenações

- Organização e gestão de múltiplos projetos (Projeto Maia, EQAVET, CTE, Cidadania e Desenvolvimento)
- Coordenação de escola e coordenação de estabelecimento
- Organização de visitas de estudo (nacionais e internacionais)
- Comunicação e articulação com colegas e entidades externas
- Falta de tempo, meios e apoio administrativo para estas funções

VII. Educação Inclusiva

- Preenchimento de **adaptações curriculares significativas e não significativas**
- Elaboração de relatórios e planificações sem apoio efetivo do Ensino Especial
- Gestão de relatórios técnicos externos:
 - Psicólogos; Terapeutas; Pedopsiquiatras; CPCJ.
- Perceção generalizada de que os Decreto-Lei n.º54/2018, de 6 de julho constitui uma **“catástrofe burocrática”**, com:
 - Falta de orientações claras do MECI;
 - Processos administrativos pesados;
 - Ausência de meios humanos e técnicos;
 - Redução da inclusão a mera formalidade administrativa.

VIII. Substituições e organização do trabalho

- Imposição de **3 horas semanais de aulas de substituição**:
 - Fora da componente letiva e não letiva;
 - Não remuneradas;
 - Em horários desfasados;
 - Com penalização por falta em caso de ausência.
- Situação percecionada como injusta, ilegal e desorganizadora do trabalho docente

IX. Disciplina, assiduidade e recuperação

- Gestão da indisciplina e da falta de assiduidade dos alunos
- Recuperação de faltas e de módulos em atraso
- Arquivamento e gestão de todos os elementos de avaliação
- Responsabilização excessiva dos docentes por problemas estruturais do sistema

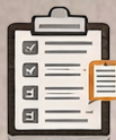
X. Perceção global dos docentes

- Sensação clara de:
 - **Excesso de burocracia**
 - Desvio do foco pedagógico
 - Desvalorização do tempo letivo
 - Transferência sistemática de funções administrativas para docentes
- Forte impacto negativo:
 - No tempo para ensinar
 - Na qualidade do ensino-aprendizagem
 - No bem-estar profissional



FONTES DE SOBRECARGA

BUROCRACIA NA FUNÇÃO DOCENTE



1. Burocracia Repetitiva

Grelhas, relatórios e atas redundantes.
Duplicação de trabalho digital e em papel.
Registos e evidências sem retorno pedagógico.



2. Direção de Turma (DT)

Registos, justificações e organização de processos dos alunos.
Tarefas que deveriam ser asseguradas por serviços administrativos.



3. Serviços Administrativos

Registos repetidos, matrículas, mapas de refeições, requisições manuais.
Introdução e cópia de dados já existentes nas secretarias.



5. Reuniões Excessivas

Reuniões redundantes e improdutivas.
Produção sistemática de atas.



4. Plataformas e Relatórios

Gestão de múltiplas plataformas e sistemas paralelos.
Relatórios constantes e excessivamente burocráticos.



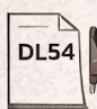
6. Projetos e Coordenações

Gestão simultânea de múltiplos projetos e atividades.
Organização de ações, visitas de estudo e iniciativas.
Comunicação e articulação com entidades externas.



7. Substituições e Organização do Trabalho

Mais de 3 horas semanais de aulas de substituição, em média.
Horários desfasados e ausência de equipas estáveis.



8. Educação Inclusiva – DL 54 e DL 55

Elaboração de adaptações curriculares significativas e não significativas.
Forte perceção de “catástrofe burocrática”.



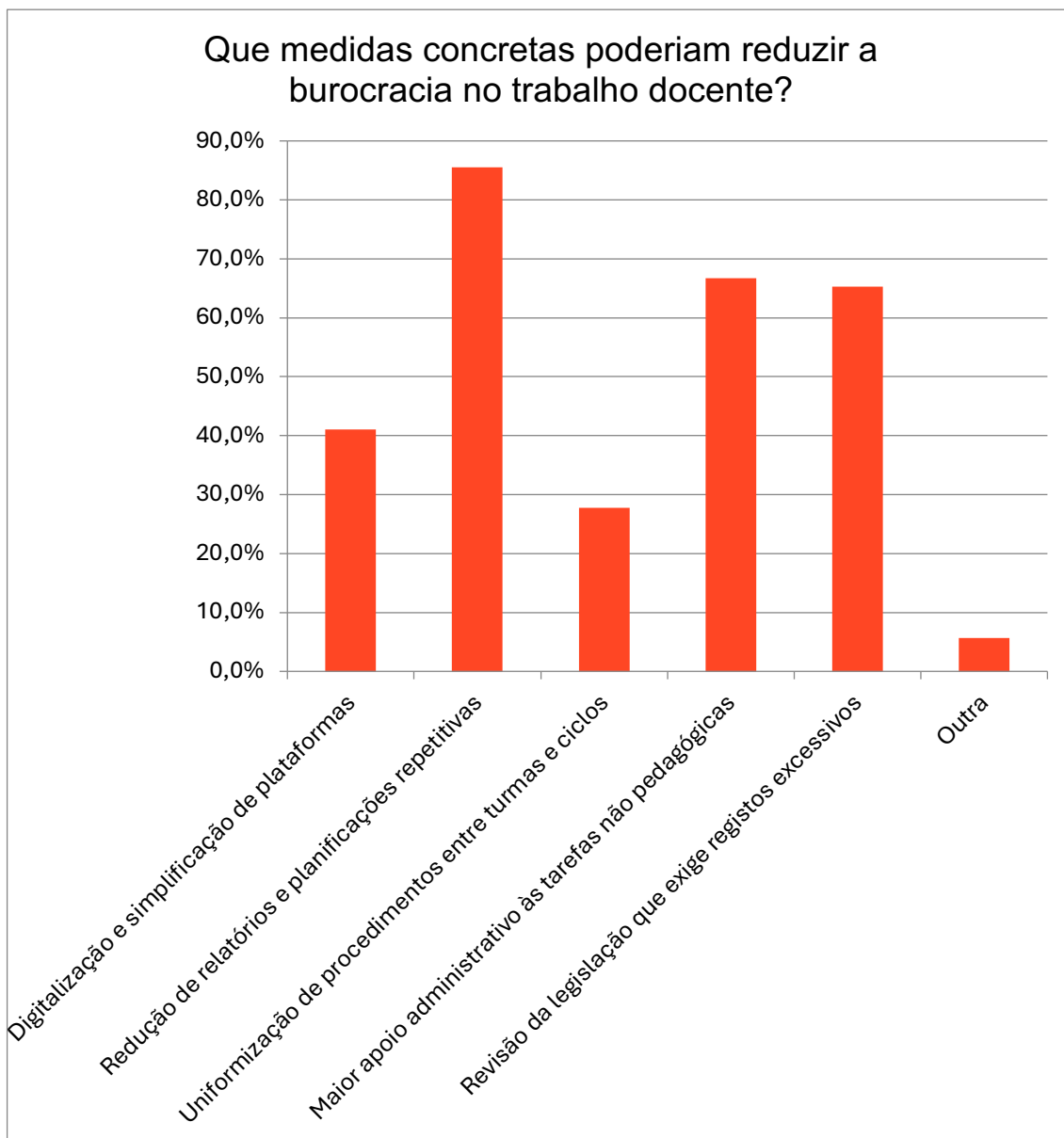
9. Desvio do Tempo Pedagógico

Sensação generalizada de excesso de burocracia.
Impacto negativo muito significativo no ensino e no bem-estar docente.



10. Medidas concretas para reduzir a burocracia no trabalho docente?

As medidas mais frequentemente apontadas são a redução de relatórios e planificações (85%), em linha com a tarefa referida mais frequentemente como excesso de burocracia, mas também o maior apoio administrativo às tarefas não pedagógicas (67%)



As respostas evidenciam uma perceção generalizada de que a burocracia escolar se tornou excessiva, desregulada e desfasada da missão educativa.

Os docentes reclamam simplificação legislativa, uniformização nacional, redução de reuniões e plataformas, transferência do trabalho administrativo para serviços próprios e um reforço claro da autonomia profissional, de forma a devolver tempo, dignidade e centralidade ao ato de ensinar.

As respostas recolhidas revelam um **consenso muito alargado entre os docentes** quanto à necessidade urgente de **redução da burocracia, uniformização de procedimentos e recentragem da escola na sua função essencial: ensinar**. As propostas organizam-se em vários eixos fundamentais:

I. Simplificação legislativa e normativa

- Forte reivindicação de **alteração profunda dos** Decreto-Lei n.º54/2018, de 6 de julho e Decreto-Lei n.º55/2018, de 6 de julho, considerados fontes de burocracia excessiva.
- Críticas às **alterações constantes no sistema educativo**, que geram instabilidade, retrabalho e insegurança profissional.
- Necessidade de legislação **clara, objetiva e uniforme**, sobretudo na definição de tempos letivos e não letivos.

II. Eliminação de burocracia redundante

- Pedido reiterado de **eliminação de documentos, grelhas e relatórios redundantes**, muitos deles criados a nível local sem enquadramento legal.
- Rejeição do “papel pelo papel” e do “relatório pelo relatório”, sem impacto real na aprendizagem.
- Defesa de que apenas devem existir procedimentos administrativos que **beneficiem diretamente o cidadão/aluno**.

III. Uniformização de procedimentos e documentos

- Necessidade de **uniformizar documentos e procedimentos a nível nacional**, evitando diferenças arbitrárias entre agrupamentos.
- Evitar a exigência de reformulação artificial de documentos.
- Simplificação dos procedimentos de **avaliação** (*das escolas, dos alunos e dos docentes*).

IV. Plataformas digitais e sistemas de gestão

- Crítica severa à **proliferação de plataformas digitais**, que aumentaram exponencialmente a burocracia.
- Defesa de uma **única plataforma integrada** para todos os registos (sumários, avaliações, contactos, etc.), evitando duplicações.
- Rejeição da repetição dos mesmos dados em múltiplos sistemas.
- Alguns docentes defendem mesmo o **regresso ao papel**, por ser menos burocrático do que a atual tecnocracia digital.

V. Reuniões: redução, racionalização e novo modelo

- Pedido claro de **redução do número e da duração das reuniões**, tornando-as objetivas e úteis.
- Rejeição das reuniões intercalares entre períodos.
- Defesa de reuniões apenas nos momentos essenciais (Natal, Páscoa e final do ano letivo).
- Valorização das **reuniões online**, reservando as presenciais para situações excecionais.

VI. Direção de Turma (DT) e cargos intermédios

- Forte contestação ao **modelo atual de Direção de Turma**, visto como essencialmente administrativo.
- Propostas que vão desde a **redução significativa da papelada associada ao cargo** até à sua **extinção total**.
- Sugestão de transferência das tarefas administrativas da DT para **assistentes técnicos**, libertando professores para lecionar.
- Crítica ao excesso de reuniões de avaliação, defendendo modelos digitais e excecionais.
- Pedido de **mais tempo reconhecido** para o exercício de cargos, quando existam.

VII. Organização do trabalho e gestão escolar

- Crítica ao **poder discricionário das direções e chefias intermédias**, sem escrutínio democrático efetivo.
- Apelo ao cumprimento rigoroso das **leis laborais** por parte das direções.
- Reforço do papel das **entidades sindicais na defesa dos docentes**.
- Necessidade de o Ministério da Educação ser **mais diretivo**, impondo limites claros à burocracia local.

VIII. Trabalho administrativo e recursos humanos

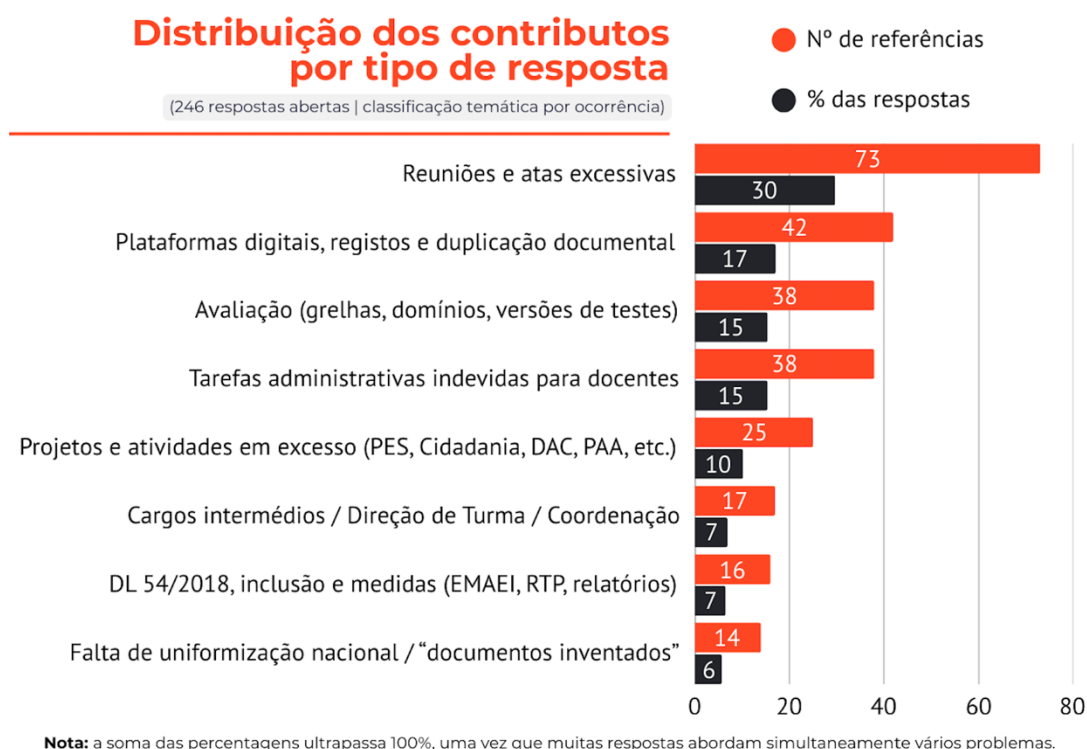
- Defesa de que o **trabalho de secretaria deve ser realizado por serviços administrativos**:
 - Secretarias das sedes de agrupamento
 - Criação de secretarias nos Centros Escolares do 1.º ciclo
- Proposta de **formação e contratação de pessoal administrativo**, reconhecendo que a formação inicial de professores não prepara para a burocracia.

IX. Autonomia profissional e foco no ensino

- Reivindicação de **maior autonomia profissional dos docentes**.
- Redução do número de atividades não essenciais nas escolas.
- Recentragem da ação educativa nas **aulas, no ensino e no sucesso dos alunos**.
- Críticas a práticas consideradas absurdas, como o **registo horário detalhado na educação pré-escolar**.

11.Comentários ou experiência sobre a burocracia no trabalho docente?

O inquérito recolheu **253 contributos**, dos quais **246 correspondem a respostas abertas válidas** à questão de comentário livre sobre **simplificação e redução da burocracia**. A análise que se segue incide **exclusivamente sobre as 246 respostas abertas**, procedendo-se a uma **classificação temática por ocorrência** (a mesma resposta pode enquadrar-se em mais do que uma categoria, dada a natureza multifacetada dos contributos).



A análise das **246 respostas abertas** evidencia uma perceção amplamente partilhada de que a burocracia escolar se tornou **excessiva, redundante e intrusiva**, afetando diretamente o tempo disponível para a preparação de aulas, o acompanhamento individual dos alunos e a inovação pedagógica.

O **excesso de reuniões e atas** surge como o fator mais referido (29,7%), sendo frequentemente descrito como improdutivo, excessivamente formalista e desfasado das reais necessidades pedagógicas. Em paralelo, a **multiplicação de plataformas digitais e de registos duplicados** (17,1%) revela que a digitalização, em vez de simplificar, tem frequentemente agravado a carga administrativa, obrigando ao registo da mesma informação em vários sistemas.

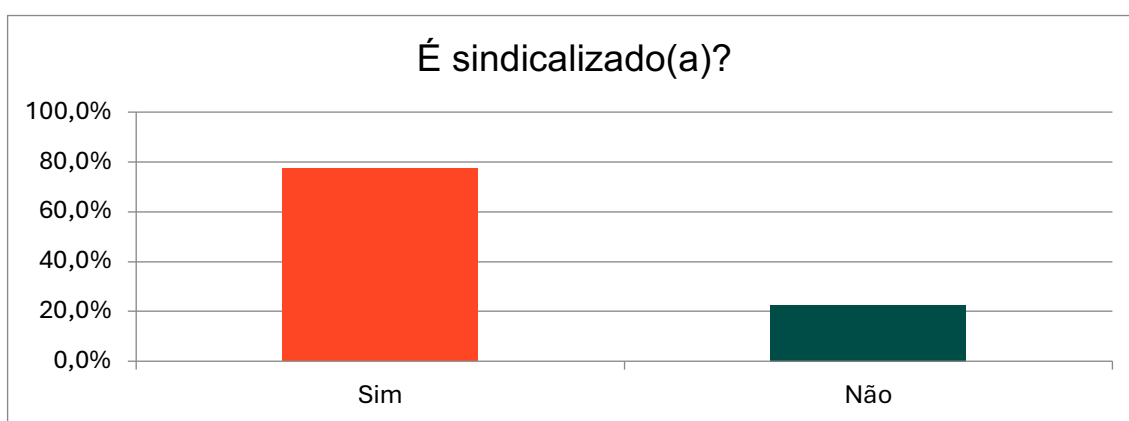
A **avaliação** (15,4%) nomeadamente grelhas complexas, avaliação por domínios e múltiplas versões de testes, e a atribuição aos docentes de **tarefas claramente administrativas** (15,4%) são identificadas como fontes relevantes de desgaste, desviando os professores da sua função central: ensinar.

Os contributos destacam ainda o impacto negativo do **excesso de projetos**, da **sobrecarga associada aos cargos de Direção de Turma e coordenação**, bem como da burocracia ligada à **educação inclusiva**, frequentemente considerada desproporcionada face aos apoios efetivamente existentes. A falta de **uniformização nacional de procedimentos e documentos** é apontada como um fator adicional de desigualdade e ineficiência entre escolas e agrupamentos.

No conjunto, os dados confirmam que a luta contra a burocracia **não é um pedido de menor exigência**, mas sim um apelo claro a **melhor trabalho**, com mais tempo para os alunos e menos tempo consumido por tarefas administrativas de utilidade pedagógica reduzida.

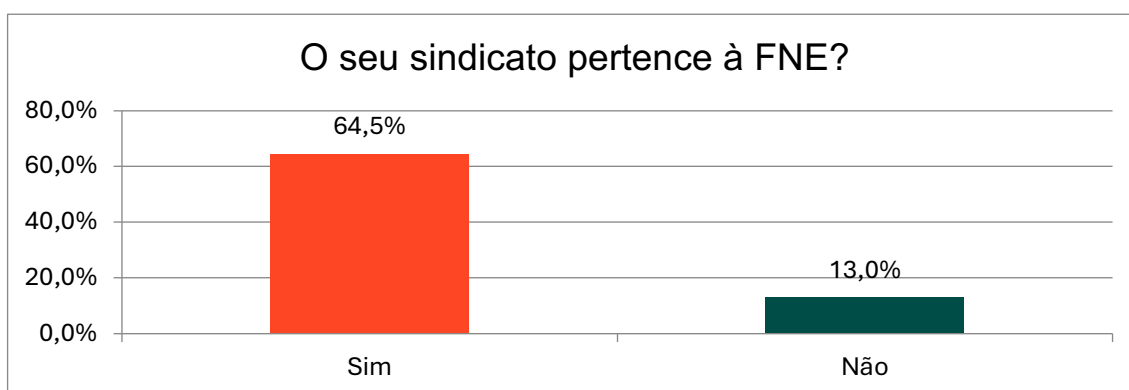
12.É sindicalizado(a)?

Verificam-se cerca de 77,5% de respondentes sindicalizados e 22,5% não sindicalizados.



13.É sindicalizado(a) num sindicato da FNE?

Dos 816 respondentes, são sindicalizados 632 (77,5%) sendo 526 em sindicatos da FNE (64,5%) e 106 em outros sindicatos (13,0%).



Conclusão Estratégica e Recomendações ao MECI

A análise dos dados recolhidos através da plataforma **Simplicare.pt** confirmou, de forma consistente e transversal, que a **excessiva carga burocrática** constitui um dos principais constrangimentos ao exercício das funções dos profissionais da educação. As propostas apresentadas evidenciaram que a burocracia não se limita a situações pontuais, mas assume um carácter **estrutural**, com impacto direto na qualidade do trabalho pedagógico, no bem-estar profissional e na eficácia organizacional das escolas.

Os contributos recolhidos demonstraram igualmente que existem **margens claras e realistas para a simplificação**, desde que as decisões políticas sejam sustentadas no conhecimento do terreno e na escuta ativa dos profissionais. As propostas apresentadas não traduziram uma recusa da regulação ou da prestação de contas, mas sim a exigência de **processos proporcionais, úteis, coerentes e orientados para fins pedagógicos claros**, evitando duplicações, formalismos excessivos e práticas administrativas sem valor acrescentado.

Neste enquadramento, e tendo por base a sistematização dos contributos obtidos, a FNE considera fundamental que o **Ministério da Educação, Ciência e Inovação** assuma a desburocratização como um **eixo estratégico da política educativa**, integrando-a de forma transversal nas opções legislativas, regulamentares e organizacionais.

Em concreto, recomenda-se ao MECI que:

1. **Proceda a uma revisão crítica e sistemática dos procedimentos administrativos em vigor**, eliminando redundâncias, sobreposições e exigências sem impacto pedagógico comprovado, com envolvimento direto das escolas e dos profissionais.
2. **Reforce o princípio da confiança profissional**, reduzindo mecanismos de controlo excessivo e substituindo-os por modelos de acompanhamento mais simples, transparentes e orientados para a melhoria das práticas.
3. **Garanta a coerência entre plataformas digitais, sistemas de informação e exigências de reporte**, assegurando interoperabilidade, simplificação de registos e redução do tempo dedicado a tarefas administrativas.
4. **Avalie o impacto burocrático de qualquer nova medida ou programa**, através de mecanismos prévios de análise de carga administrativa, evitando a introdução de novas obrigações sem a correspondente eliminação de outras.
5. **Valorize o tempo de trabalho dos profissionais da educação**, reconhecendo que a desburocratização é condição essencial para o reforço da qualidade do ensino, da inclusão educativa e do sucesso dos alunos.

A FNE reafirma a sua total disponibilidade para **prosseguir este trabalho em sede de diálogo institucional e negocial**, colocando ao serviço do MECI os dados, análises e propostas resultantes do **Simplicare.pt**. A desburocratização das escolas não constitui apenas uma medida de gestão: é uma **opção política estruturante**, indispensável para uma escola pública mais eficaz, mais justa e mais centrada na sua missão educativa.

Federação Nacional da Educação
6 de janeiro de 2026

“A burocracia tornou-se um problema estrutural nas escolas portuguesas.

Retira tempo ao ensino, desgasta os profissionais e compromete a qualidade educativa.”

Plataforma SIMPLICARE.pt
Federação Nacional da Educação

6 de janeiro de 2026

Simpli**care**

A voz contra a burocracia.

